

# POR UM STU COM DIREÇÃO POLÍTICA CLARA PARA OS TRABALHADORES

Numa conjuntura de aprofundamento da exploração dos trabalhadores e descrédito das instituições brasileiras, é preciso retomar um sindicalismo que saiba ser amplo, democrático e atacar a raiz dos problemas.

O STU precisa tirar foco das falsas negociações e aplicar esforços na conscientização, articulação e proteção dos trabalhadores da base. Precisa melhorar muito sua comunicação e demonstrar com mais clareza sua independência das trocas de favor da política e seu compromisso com a ampliação de direitos. Rever a proporcionalidade da direção sindical, colocando em voga um modelo majoritário, favorece esta clareza e facilita a participação da base nos momentos mais importantes.

Temos muitas lutas para tocar. Além de conquistar uma política salarial que reponha nossas perdas, garantir uma carreira que incentive os trabalhadores e explicitar as disparidades entre quem ganha supersalários e quem está no piso, devemos ser linha de frente na luta contra o racismo e homofobia, alavancar maior participação das mulheres nos movimentos, implementar de cotas nos concursos públicos, entre outras. Somente um STU forte, atuante e não atrelados a interesses de grupos políticos pode impulsionar essas lutas de forma inteligente, com a participação da categoria.

### **ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS JÁ:**

#### **PASSO NECESSÁRIO PARA AVANÇAR NAS LUTAS**

Queremos um sindicato que seja referência política para a categoria, provendo formação e informação que ajudem os trabalhadores a entender os problemas que vivem. Neste tipo de sindicato, a diretoria não é simplesmente uma seleção de trabalhadores indicados para negociar em nome da categoria. O STU precisa saber construir lutas vitoriosas. Organizar ações antes, durante e depois das greves, de modo a não se deixar aniquilar, não se deixar cooptar e conseguir vitórias reais para os trabalhadores da Unicamp.

A direção do STU hoje é composta de forma proporcional, com representação das várias chapas que concorreram à última eleição. Este modelo está vigente desde 2014, tendo sido aprovado sob argumentos tão vagos como "vamos fazer uma experiência" ou "nem todos os problemas são culpa da proporcionalidade". A alegação de que se trataria de um modelo mais democrático não se confirma na prática, pois os interesses de cada grupo ganham mais relevância do que o debate de ideias na composição dos acordos. Na realidade, faltam argumentos de cunho prático para qualquer defesa do atual mecanismo. O que vemos hoje é que a composição da diretoria proporcional viabilizou confusões, desvios e erros na direção. Ninguém se responsabiliza pelos erros ou omissões políticas da diretoria, nem se vê obrigado a apresentar caminhos para superar a decadência

vertiginosa da nossa capacidade de pressionar politicamente a reitoria e os governos que aplicam as políticas anti-povo que hoje vigoram.

A composição proporcional da diretoria do STU impede uma atuação orientada para objetivos políticos e favorece negociações e acordos entre grupos distintos, muitas vezes, com políticas opostas. As lutas acabam dando espaço para as negociações. Na nossa opinião, urge unificar politicamente a diretoria e aumentar a capacidade da categoria entender, criticar e participar das decisões que definem os rumos da luta sindical. A melhor e mais rápida maneira de fazer isto é definindo que no próximo pleito quem tiver mais votos assume a direção e a responsabilidade da entidade. Ainda que seja uma chapa composta por diferentes forças, haverá um acordo mínimo fundado entre elas em torno de algum objetivo político. Ainda que seja uma proposta mais favorável à reitoria que à nossa luta, teremos mais condições de denunciar erros e confusões, favorecendo a participação dos trabalhadores nas assembleias e comandos de mobilização. Desta forma, as diferentes instâncias do sindicato permitem um controle sobre a diretoria.

Vale precaver que diretoria majoritária não significa controle de uma única força sobre a máquina sindical, apesar de isto ser uma notória possibilidade. Propomos organizar diferentes grupos, independentes de suas posições no campo partidário, em uma mesma chapa, mas o acordo político e a dinâmica interna de funcionamento desta chapa compete ao acordo da própria chapa. Unir diferentes num mesmo aparelho, por força das normas estatutárias, não garante nenhuma unidade política. A experiência dos últimos anos mostra que é bem pelo contrário. Ao mesmo tempo, sabemos que não é a mudança da forma de composição da diretoria que resolverá todos os problemas. Nossos principais desafios passam por consolidar e apresentar a UNICAMP que queremos. Como devem ser organizados os serviços e a economia, mostrando que não é preciso aprofundar a exploração dos trabalhadores para se ter uma universidade mais eficiente. Não lutaríamos contra a proporcionalidade se ela não tivesse atrapalhado estes objetivos nos últimos seis anos.

Dito isto, propomos a alteração do Art. 36 do estatuto do STU (e demais adequações decorrentes) de forma a garantir que a diretoria do STU seja composta, de forma majoritária, pelos membros da chapa vitoriosa no processo eleitoral.

### **PRAZOS DE FILIAÇÃO ELEITORAL**

Os prazos atualmente estabelecidos para que um trabalhador possa compor chapa à eleição do sindicato e possa votar na eleição não correspondem ao momento de baixa credibilidade por que passa nossa entidade. Não temos visto sinais de mudança para as políticas erráticas do STU, afastando os trabalhadores da direção sindical e,

consequentemente, desanimando a filiação. Dessa forma, propomos novos prazos de filiação ao STU para que o trabalhador possa votar e ser votado já na próxima eleição (alterações nos artigos 49 e 50 do estatuto, e demais alterações decorrentes):

- 3 meses para consolidar o direito de compor chapa
- 2 meses para consolidar o direito de votar

**DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO DE DIRETOR**

Quando corresponde a uma indignação real da categoria, este assunto não depende de previsões jurídicas ou estatutárias para ser proposto em assembleias e outras instâncias. Apesar disso, vale a pena apontar com clareza e formalidade o que não esperamos de um diretor sindical. Isto pode sinalizar para a categoria a perspectiva real de novos rumos. Desta forma, propomos inclusão dos

seguintes itens no artigo 69 do estatuto:

- A. Receber vantagens remuneratórias desproporcionais ou cargos de confiança junto à reitoria.
- B. Reincidência de repreensão pública (da assembleia) quanto a conduta imoral ou anti-ética.
- C. Comprovação de crime de lesão relevante ao patrimônio coletivo do STU.

**Assinam "Por um STU com direção política clara para os trabalhadores"**

- Daniel Batista
- Diego Machado de Assis
- Iuriatan Felipe Muniz
- Paulo Eduardo de Lima Gouveia
- Rosemar Sant'Anna dos Santos
- Ricardo Vieira Cioldin.

**ANOTAÇÃO**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---